

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

4º Boletim Semanal

19 de junho de 2020

Nesta semana será divulgado o quarto boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Das Audiências

Entre o último boletim e o dia 19 houve duas novas audiências públicas na comissão mista. A primeira com o Presidente do BNDES, o Senhor Gustavo Montezano. O Presidente Montezano iniciou sua fala explicando sobre o papel do BNDES e sobre a mudança de atuação do banco nos últimos anos, onde o foco sobre os micro e pequenos empresários foi ampliado, além de atuar como um indutor do crescimento por meio do uso de sua estrutura interna para ajudar a construir bons projetos de investimento e de sua capacidade de articulação com agentes nacionais e internacionais, públicos e privados.

Além disso, em termos de atuação, é importante dividir a atuação do banco em micro, pequenas, médias e grandes empresas, já que cada segmento tem suas peculiaridades, além da atuação junto ao setor público (estados, DF e municípios) e aos próprios cidadãos.

Com relação à atuação do BNDES, ele destacou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, cujo desembolso tem uma ordem de grandeza de R\$ 4 bilhões, mas que pode chegar a R\$ 20 bilhões com o processo de remodelagem em curso na Câmara dos Deputados.

Um segundo programa relevante é o Programa Emergencial de Acesso à Crédito, que é vinculado ao Fundo Garantidor de Investimentos – FGI, cujo foco será nas pequenas e médias empresas.

Outra atuação relevante do BNDES durante esta crise foi o pagamento antecipado de R\$ 20 bilhões de uma dívida que o banco tinha junto ao PIS/PASEP, cujos recursos foram direcionados ao FGTS, e que serão importantes para apoiar o resgate que as pessoas físicas farão nos próximos meses.

Com relação às ações de iniciativa própria do BNDES, Montezano destaca o aumento da linha de capital de giro, por meio de repassadores bancários, já que o banco não é um banco de varejo. De um valor de R\$ 5 bilhões, cerca de R\$ 4 bilhões já foram desembolsados. Ele reconhece que o valor poderá ter que ser expandido, mas não vê problemas de ordem financeira para tanto.

Também destacou a possibilidade de que micro, pequenas e médias empresas fizessem a suspensão integral dos pagamentos junto ao banco, por até seis meses, nas operações que já estivessem na carteira do BNDES. De um potencial total de R\$ 30 bilhões de possibilidade de suspensão de pagamentos, cerca de R\$ 15 bilhões já foram utilizados. A esse respeito, há de salientar que há empresas que não tem interesse nesse tipo de operação e que a expectativa é a de que ela ficará mesmo em torno de R\$ 15 bilhões.

O banco também inovou com o posicionamento no mercado de direitos creditórios, por meio de uma chamada pública de fundo de investimento em direitos creditórios, em um montante potencial de R\$ 5 bilhões e com foco em micro e pequenas empresas. Trata-se de iniciativa que pode vir a trazer grande liquidez para essas empresas.

Outro produto de destaque é o Crédito Cadeias Produtivas (ou “Crédito Âncora”). Em vez de repassar os recursos para instituições financeiras, eles são repassados para grandes empresas com cadeia produtiva longa. Assim, a grande empresa repassa a linha, nas mesmas condições e com menos burocracia, à sua cadeia produtiva, aumentando a segurança financeira de todos da cadeia. O programa tem um limite de R\$ 200 milhões por empresa.

Esse foco em micro e pequenas empresas é explicado pelo crescimento observado do crédito para as grandes empresas. Em fevereiro, a base de crédito para essas empresas era da ordem de R\$ 900 bilhões. Em abril, já era de R\$ 1 trilhão, o que demonstra que as grandes empresas têm menos dificuldade de crédito do que as pequenas. Obviamente, como a crise afetou setores diferentes de forma assimétrica, o banco vai atuar também para minimizar os efeitos sobre esses setores.

Com relação às empresas de grande porte, duas ações se destacam. A primeira é uma medida de compra de materiais e equipamentos diretamente para o combate ao Coronavírus, cuja linha é de R\$ 2 bilhões, dos quais espera-se uma utilização de R\$ 1 bilhão. Outra iniciativa foi outra linha de R\$ 2 bilhões para o setor de saúde, onde também se espera uma utilização de R\$ 1 bilhão.

O Banco também disponibilizou ao setor de açúcar e álcool, para estoque de etanol, o valor de R\$ 1,5 bilhões que deverá ser complementado pelo banco operador em mais R\$ 1,5 bilhões. A presença do banco operador nessa linha ocorre pois o BNDES não atua diretamente nesse setor.

Outro setor muito afetado pela crise foi o setor aéreo e a atuação do BNDES focalizou na utilização de debêntures conversíveis. Foi anunciada uma linha de R\$ 600 milhões para a Embraer, dos quais 50% vem do BNDES. O Presidente Montezano trouxe a preocupação de ter um tratamento igual para todas as companhias de forma transparente e transversal, como forma de se evitar práticas inadequadas de gestão. Recordou ainda que em função da atuação do Governo, as próprias empresas buscaram alternativas para melhorar a eficiência operacional, o que também é positivo.

Está em discussão com a Aneel e com o Ministério das Minas e Energia, uma linha de R\$ 16 bilhões de suporte ao setor elétrico. Também há discussões bilaterais com empresas automotivas em que os empréstimos serão financiados com aval das matrizes.

Com relação ao crédito ao setor público, a Lei Complementar nº 173, de 2020, o BNDES foi autorizado a também estender os prazos de pagamento e permitir a suspensão dos pagamentos das dívidas dos entes subnacionais com o banco. O potencial é de R\$ 3,9 bilhões para 2020 que é o valor total do serviço da dívida desses entes com o banco para 2020. A segunda frente é a flexibilização das liberações de estados, DF e municípios que já têm linhas contratadas com o banco, mas que ainda não desembolsaram os recursos. Trata-se de um montante potencial de R\$ 450 milhões. Com relação a esta última linha de crédito, ela ainda depende da aprovação pelo Senado Federal.

Durante a fase das perguntas, o Presidente Montezano trouxe algumas considerações relevantes e que nem sempre são claras para as pessoas que não são envolvidas na atividade bancária. A primeira é a separação da capacidade financeira da capacidade operacional.

Do ponto de vista operacional, o grande desafio do momento é prover os agentes de forma tempestiva, com baixo tempo de execução. Deve-se lembrar que toda a atuação do BNDES é restrita pela regulação bancária, sob responsabilidade do Banco Central, mas também pela legislação do setor público e pelas demandas dos órgãos de controle que são pensados para momentos de normalidade e que, em momentos como o atual, são dificultadores para ações tempestivas do banco.

Do ponto de vista financeiro, há três questões diferentes que também conformam a atuação do banco. A primeira é que o Banco e sua diretoria não tem mandato para perder dinheiro com os seus recursos aplicados, o que obriga que todos os investimentos do banco sejam sustentáveis. Nesse sentido, quaisquer políticas de subsídio devem vir do Tesouro Nacional e passar pelo orçamento público. Mesmo sendo meritório o apoio às micro e pequenas empresas, o banco não tem autorização legal para entrar em operações cuja perda é certa. Isso justifica programas como o PESE e o Pronamp por meio dos quais o Tesouro Nacional assume o risco e o BNDES atua como operador.

O outro aspecto financeiro é que além da responsabilidade legal para remunerar os recursos aplicados no banco, deve-se recordar que o país precisará de recursos para o período pós-pandemia. Além disso, os demais operadores do sistema financeiro devem ter segurança de que o BNDES continuará sustentável após a crise, especialmente porque ele fornece recursos no longo prazo.

O terceiro aspecto é que o desafio atual não é liquidez, não é caixa, mas é o risco para emprestar para as micro e pequenas empresas. Como dito anteriormente, a legislação não permite que o banco incorra em programas que gerem perdas certas. E como as condições de incerteza de nossa economia levam a um elevado grau de risco para as operações, é importante que o Setor Público assuma essas perdas.

Com relação aos investimentos privados pós-crise, ele salienta que o grande problema não é financeiro, mas a capacidade do país em manter juros baixos, o que requer disciplina fiscal, e um marco regulatório que dê segurança jurídica para os investidores, já que se tratam de contratos de longo prazo.

A esse respeito, Montezano salientou a parceria que o BNDES vem fazendo com estados e municípios na estruturação de bons projetos de investimentos. Confessou ainda a surpresa com a pouca quantidade de projetos de infraestrutura e de longo prazo que existia no país, dos quais muitos eram mal estruturados.

Com sugestão de agenda modernizadora, ele sugeriu uma nova lei de recuperação judicial e falência, sociedades garantidoras, incentivos tributários, e qualquer coisa que possa fazer reduzir a taxa e melhorar o acesso a crédito, especialmente para micro e pequenas empresas. De forma geral, a dificuldade de fazer o dinheiro chegar na ponta é um problema estrutural das micro e pequenas empresas que foi agudizado com a crise da Covid-19.

A segunda audiência foi realizada em 18 de junho, de 2020, e contou com a presença do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro José Múcio Monteiro. O ministro iniciou sua apresentação reconhecendo que ninguém estava preparado para uma crise com as dimensões da atual e com o Tribunal de Contas da União, isso não foi diferente.

Por isso, o Tribunal teve que ajustar rapidamente suas atividades para conseguir lidar com o momento atual, especialmente, as demandas por orientação do Poder Executivo cuja resposta tinha que ser imediata. Isso os obrigou a reformular a sua forma de trabalhar durante a emergência, buscando estar presente a tudo e ser testemunha de tudo.

O Ministro trouxe a questão da politização dos temas técnicos e das dificuldades em lidar com essa situação, tanto em âmbito nacional, como também com todos os tribunais de contas estaduais e municipais. A esse respeito, ele lembrou que não há uma hierarquia dos tribunais de contas e que o que se busca é a coordenação das atividades para que se use parâmetros semelhantes nas auditorias e decisões.

O Ministro contou com a ajuda do quadro técnico do Tribunal de Contas da União – TCU para detalhar as ações do tribunal. O primeiro passo da atuação do tribunal foi a elaboração e aprovação de um Plano Especial de Acompanhamento – PEA, cujo foco foram os vários órgãos públicos. O plano teve por base três premissas fundamentais:

- As ações do tribunal teriam a tarefa de auxiliar o gestor e não apenas fiscalizá-lo. Teria que prestar um auxílio na mitigação e identificação de possíveis riscos decorrentes de sua ação, com o objetivo de tentar trazer um pouco de segurança jurídica para os gestores;
- A execução das tarefas deveria ser realizada de forma remota;
- Mínima demanda de informações possível, de forma a não atrapalhar a gestão.

Segundo o TCU, esse PEA conta com 29 acompanhamentos e é a prioridade número um do tribunal, com o envolvimento de 18 unidades técnicas e de 26 unidades estaduais, o que representa quase a totalidade da estrutura do tribunal. Os principais objetos das auditorias foram aquisições logísticas, obras e serviços de engenharia, transferências de recursos, subvenções, renúncia de receitas, linhas de crédito pelos diversos bancos públicos, transferências de rendas a pessoas, e também pesquisa e desenvolvimento. Estão trabalhando na área de previdência complementar, avaliação de governança do Centro de Governo,

que é fundamental, política monetária e cambial, segurança em abastecimento de combustíveis e em produtos agropecuários, governança e gestão de tecnologia de informação, transformação digital, enfim, a abrangência é bastante grande.

Com relação ao apoio ao administrador público, foi criado o programa Coopera, que além das ações daquele plano especial de monitoramento, também inclui essa interação com o gestor, inclui ações de capacitação e inclui efetivação de parceria com diversos outros órgãos para apoio de ações e troca de conhecimentos e capacitação técnica.

O primeiro setor apoiado pelo Coopera foi a gestão fiscal e orçamentária que será fortemente pressionada em 2020. No momento da Lei Orçamentária, o país tinha um déficit de 124 bilhões. Agora, 676 bilhões, após uma avaliação do segundo bimestre, o que terá forte impacto sobre a dívida pública. O tribunal também demonstrou preocupação com as renúncias fiscais e com as transferências de recursos para os entes subnacional e do risco de uma desvinculação de recursos por estes entes, além do uso dos recursos para objetivos diferentes do combate à Covid-19.

Há outros riscos que estão sendo monitorados como a redução drástica da reserva de liquidez da dívida pública, o aumento de despesas com a honra de garantias pela União e especialmente o reduzido espaço para as despesas discricionárias no orçamento de 2020.

O TCU demonstrou preocupação com o auxílio emergencial. O próprio Presidente lembrou da denúncia de mais de 72 mil militares que haviam sido inscritos inadequadamente no programa. Outras pessoas que haviam recebido indevidamente os benefícios também tiveram que devolver os recursos.

Outro foco de atuação do TCU foi a governança entre pastas do Poder Executivo Federal, em especial, entre os Ministérios da Economia, da Cidadania e da Saúde. Isso levou, por exemplo, ao reprocessamento dos cadastros para o pagamento das próximas parcelas. Outros focos foram a integração de políticas de emprego e renda, sobre a atualização mensal dos beneficiários, inclusão de bases de dados de servidores estaduais, municipais, e de outros poderes.

O tribunal comentou a compra cancelada de 80 milhões de unidades de aventais por cerca de R\$ 900 milhões pelo Ministério da Saúde, a partir de questionamentos do TCU. Além disso, teceu comentários sobre os contratos do TeleSUS e telemedicina em valores próximos a R\$ 47 milhões com aparente sobrepreço. Uma crítica do TCU com relação à governança do Ministério da Saúde diz respeito à insuficiência de critérios pelo ministério para a distribuição de recursos a estados e municípios, via fundo a fundo, o que gera discrepâncias entre entes que recebem muitos recursos e outros que recebem poucos.

Na área de infraestrutura, a preocupação do tribunal é a alteração das condições contratuais em função da queda da demanda por serviços de energia, aeroportos, portos e rodovias, dentre outros, que deverá levar a rediscussão dos contratos.

Quando perguntado sobre a Medida Provisória nº 966, de 2020, ele se posicionou contrário à MP com a preocupação dela validar atos que podem ser considerados inadequados ou ilegais. Por outro lado, reconhece a preocupação dos gestores públicos durante o período da pandemia.

O Ministro informou também que a presença dos militares em cargos do Executivo está sendo analisada pelo Tribunal. Para tanto, será avaliado percentual de militares em vários governos, desde FHC até Michel Temer.

Outro ponto trazido pelo Ministro foi o “apagão das canetas”, por meio do qual os gestores atribuíam ao TCU a interrupção das obras em território nacional, quando na verdade há várias outras instâncias que vem trazendo essa interrupção. A partir do diagnóstico, sempre que indagado sobre a causa da interrupção, o tribunal informa quem é o responsável verdadeiro pela decisão. Além disso, está sendo discutido junto com o STF a questão dos acordos de leniência, que ainda levam mais tempo no Brasil do que em outros países.

Por fim, o Tribunal informou que, a partir de demanda externa de Senadores da República, foram encaminhados pedidos de esclarecimento para membros do Ministério da Saúde sobre a aquisição e produção de cloroquina e hidroxicloroquina, já que são medicamentos sem eficácia comprovada.

Da Execução Orçamentária e Financeira

A execução dos gastos da União demonstra que até 19 de junho, dos R\$ 404,18 bilhões previstos, R\$ 175,72 bilhões já tinham sido pagos pela União, o que representa aproximadamente 43% do total estimado.

Tabela 01 – Gastos da União com Covid-19

| | fev/20 | mar/20 | abr/20 | mai/20 | 12-jun-20 | 19-jun-20 |
|---|-------------|-------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Previsto | - | - | 123,92 | 152,64 | 152,64 | 152,64 |
| <i>Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade - Pago</i> | - | - | 35,78 | 76,86 | 76,99 | 95,53 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 29% | 50% | 50% | 63% |
| Ampliação do Programa Bolsa Família - Previsto | - | 3,04 | 3,04 | 3,04 | 3,04 | 3,04 |
| <i>Ampliação do Programa Bolsa Família - Pago</i> | - | - | 0,11 | 0,26 | 0,26 | 0,37 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 4% | 9% | 9% | 12% |
| Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Previsto | - | - | 51,64 | 51,64 | 51,64 | 51,64 |
| <i>Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Pago</i> | - | - | 0,33 | 6,83 | 9,82 | 11,12 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 1% | 13% | 19% | 22% |
| Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF - Previsto | - | - | 16,00 | 16,00 | 76,19 | 76,19 |
| <i>Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF - Pago</i> | - | - | 1,03 | 1,97 | 1,97 | 21,64 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 6% | 12% | 3% | 28% |
| Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial - Previsto | - | - | 34,00 | 34,00 | 34,00 | 34,00 |
| <i>Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial - Pago</i> | - | - | 17,00 | 17,00 | 17,00 | 17,00 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 50% | 50% | 50% | 50% |
| Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético - Previsto | - | - | 0,90 | 0,90 | 0,90 | 0,90 |
| <i>Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético - Pago</i> | - | - | 0,40 | 0,65 | 0,90 | 0,90 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 44% | 72% | 100% | 100% |
| Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito - Previsto | - | - | - | 15,90 | 35,90 | 35,90 |
| <i>Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito - Pago</i> | - | - | - | - | 15,90 | 15,90 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 0% | 0% | 0% | 44% | 44% |
| Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios - Previsto | 0,01 | 5,49 | 23,53 | 45,33 | 49,87 | 49,87 |
| <i>Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios - Pago</i> | - | 1,04 | 5,79 | 10,24 | 12,94 | 13,26 |
| <i>Percentual pago</i> | 0% | 19% | 25% | 23% | 26% | 27% |
| TOTAL - Previsto | 0,01 | 8,53 | 253,03 | 319,45 | 404,18 | 404,18 |
| TOTAL - Pago | - | 1,04 | 60,44 | 113,81 | 119,88 | 175,72 |
| TOTAL - Percentual pago | 0% | 12% | 24% | 36% | 30% | 43% |

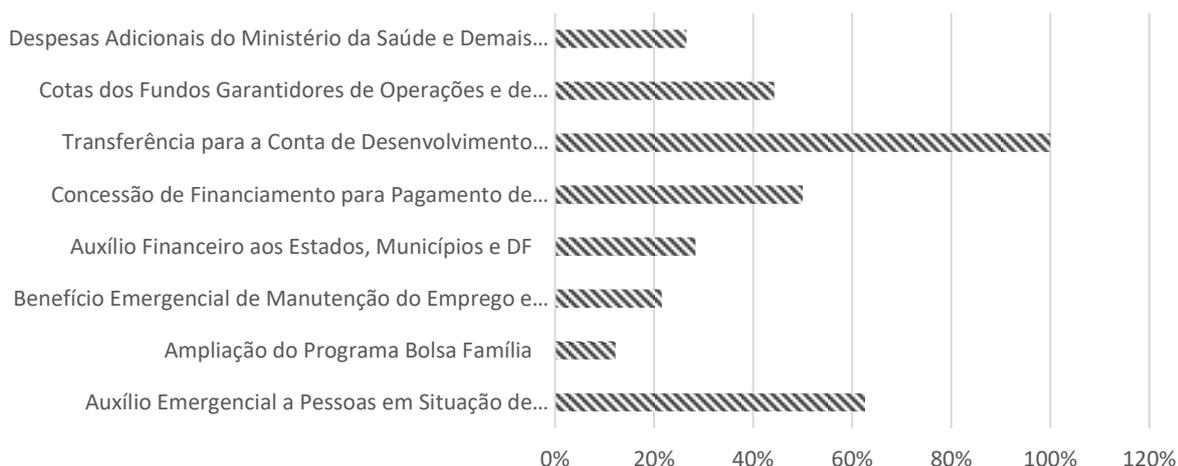
Fonte: Tesouro Nacional

Desse total, apenas a transferência de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético tinha sido integralmente paga. Dos demais programas, a concessão de financiamento para pagamento de folha salarial já tinha executado cerca de 50% do valor previsto, ou R\$ 17,0 bilhões. O Auxílio Emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade também já tinha executado aproximadamente 63% do previsto, ou R\$ 95,53 bilhões.

No extremo oposto, há programas com baixa execução, como as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios, cujo valor pago de R\$13,26 corresponde a apenas 27% do total previsto.

Tabela 2 - Percentual de Execução das Despesas da União com a Covid-19

Percentual de Execução das Despesas da União com a Covid-19



Fonte: Tesouro Nacional

Da Saúde Pública

Do ponto de vista da saúde pública, a posição do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS é a de que há 978.142 casos confirmados. Já o total de mortes acumuladas é de 47.748 (contra 41.828 em 12/6). Cabe recordar que em razão dos testes não estarem sendo realizados em uma escala compatível com o tamanho da população, há indícios de que esse total de mortes é um valor bem conservador e que provavelmente subdimensiona a abrangência da pandemia.

Tabela 3 – Evolução dos casos de Covid-19 no Brasil

| | 01/mar/20 | 01/abr/20 | 01/mai/20 | 01/jun/20 | 12/jun/20 | 19/jun/20 |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Casos Totais | 2 | 6.840 | 91.604 | 526.447 | 828.810 | 978.142 |
| Casos recuperados | | | | | 365.063 | 482.102 |
| % do total | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 44,0% | 49,3% |
| Casos em acompanhamento | | | | | 421.919 | 448.292 |
| % do total | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 50,9% | 45,8% |
| Mortes | 0 | 242 | 6354 | 29937 | 41.828 | 47.748 |
| % do total | 0,0% | 3,5% | 6,9% | 5,7% | 5,0% | 4,9% |

* O Ministério da Saúde não divulga a trajetória dos casos recuperados e em andamento

Fonte: Ministério da Saúde

De acordo com a tabela 3, verifica-se que uma taxa de mortalidade em torno de 5% do total de infectados.

Das Políticas de Crédito

A Tabela 4 demonstra o status das medidas implementadas pelo Banco Central.

Tabela 4 – Medidas de combate aos efeitos da Covid-19

| Medida | Impacto potencial | Status |
|---|-------------------|--------------|
| Liberação de liquidez | | |
| Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR) | 135 bi | Concluída |
| Liberação de adicional de compulsório | 70 bi | Concluída |
| Flexibilização de LCA | 2,2 bi | Concluída |
| Empréstimo com lastro em LF garantidas | 670 bi | Em andamento |
| Compromissadas com títulos soberanos brasileiros | 50 bi | Em andamento |
| Novo DPGE | 200 bi | Em andamento |
| Empréstimos com lastro em debêntures | 91 bi | Concluída |
| Total | 1.218,2 bi | |
| % do PIB | 16,70% | |
| Liberação de capital | | |
| Overhedge | 520 bi | Concluída |
| Redução do ACCP | 637 bi | Concluída |
| Total | 1.157 bi | |
| % do PIB | 16,40% | |
| Dispensa de provisionamento por pactuação | 3.200 bi | Em andamento |
| Outras medidas | | |
| Linha de swap de dólar com Fed | US\$ 60 bi | Em andamento |
| % do PIB | 4,10% | |
| Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE) | 40 bi | Em andamento |
| % do PIB | 0,50% | |

Fonte: Banco Central

Com relação à concessão de crédito, a tabela 5 demonstra a dinâmica deste indicador desde o início da pandemia

Tabela 5 – Evolução da concessão de crédito para pessoas físicas e jurídicas durante a Covid-19

| CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS JURÍDICAS | | | CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS FÍSICAS | | |
|---|-------------|------|---------------------------------------|-------------|------|
| | R\$ bilhões | | | R\$ bilhões | |
| Semana | 2019 | 2020 | Semana | 2019 | 2020 |
| 1 | 23,4 | 34,2 | 1 | 8,6 | 10,5 |
| 2 | 18,1 | 20,9 | 2 | 13,3 | 14,8 |
| 3 | 20,6 | 23,4 | 3 | 12,7 | 14,4 |
| 4 | 18,9 | 26,0 | 4 | 10,9 | 13,2 |
| 5 | 26,4 | 27,5 | 5 | 11,8 | 13,4 |
| 6 | 20,7 | 25,7 | 6 | 12,4 | 14,8 |
| 7 | 21,9 | 26,4 | 7 | 14,9 | 15,9 |
| 8 | 24,5 | 33,8 | 8 | 12,6 | 16,6 |
| 9 | 32,0 | 41,2 | 9 | 11,7 | 14,8 |
| 10 | 31,8 | 30,4 | 10 | 13,2 | 14,2 |
| 11 | 21,8 | 38,4 | 11 | 15,0 | 16,9 |
| 12 | 23,9 | 52,0 | 12 | 12,8 | 14,3 |
| 13 | 41,6 | 52,1 | 13 | 11,9 | 11,1 |
| 14 | 22,2 | 34,2 | 14 | 10,8 | 11,4 |
| 15 | 20,1 | 32,3 | 15 | 13,6 | 13,0 |
| 16 | 23,9 | 31,0 | 16 | 13,7 | 16,1 |
| 17 | 24,9 | 29,8 | 17 | 11,9 | 14,7 |
| 18 | 31,5 | 34,8 | 18 | 12,3 | 12,2 |
| 19 | 24,8 | 30,1 | 19 | 14,0 | 14,5 |
| 20 | 23,0 | 26,3 | 20 | 12,8 | 15,0 |
| 21 | 26,6 | 24,4 | 21 | 12,0 | 12,5 |
| 22 | 31,6 | 30,8 | 22 | 11,7 | 12,2 |
| 23 | 25,0 | 24,9 | 23 | 12,5 | 12,7 |

Fonte: Banco Central

Com relação ao Programa Emergencial de Emprego (PESE), instituído pela Medida Provisória nº 944, de 2020, até o dia 15 de junho, já tinham sido beneficiados 1,8 milhões de trabalhadores, com um valor financiado de R\$ 3,9 bilhões, conforme demonstra a tabela 6.

Tabela 6 – Programa Emergencial de Suporte ao Emprego

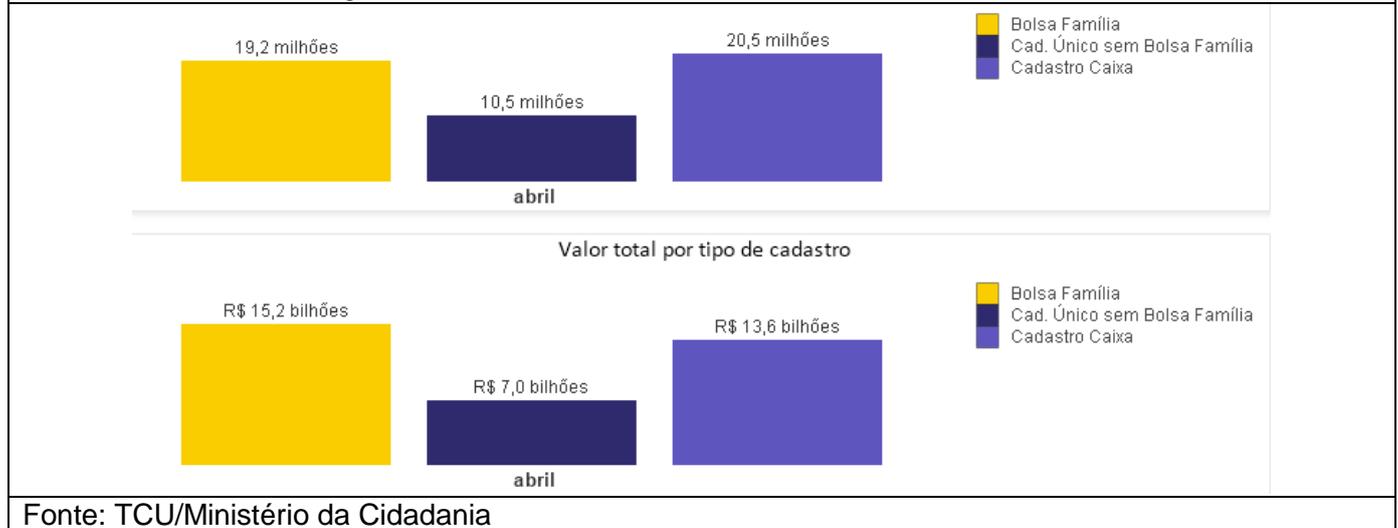
| Faixa de número de empregados | Número de Empresas | Número de Empregados | Valor Financiado (R\$) |
|-------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|
| de 0 a 9 | 47.157 | 254.879 | 566.149.390,67 |
| de 10 a 29 | 42.800 | 711.758 | 1.573.958.998,95 |
| de 30 a 59 | 11.250 | 453.277 | 973.532.342,02 |
| de 60 a 99 | 2.871 | 214.267 | 441.148.921,34 |
| acima de 100 | 1.162 | 183.268 | 364.052.629,83 |
| Total Geral | 105.240 | 1.817.449 | 3.918.842.282,81 |

Fonte: Banco Central

Dos Programas Sociais

Com relação aos programas sociais, foram pagos R\$ 76,9 bilhões para 58,5 milhões de pessoas. O gráfico 1 abaixo ilustra os pagamentos e beneficiários, por tipo de cadastro.

Gráfico 1 – Auxílio Emergencial



Fonte: TCU/Ministério da Cidadania